

Risco de inadimplência cresce com juro alto e perda de renda

Crédito Juro alto e perda de renda afetam capacidade de pagamento

Cresce risco de calotes de famílias e empresas

Lucinda Pinto e Álvaro Campos
De São Paulo

A combinação de juros altos e renda corrida pela inflação torna o ambiente mais pessimista para o avanço da inadimplência no crédito, tanto para pessoa física como para empresas. Por enquanto, os números oficiais não revelam aumentos expressivos, o que pode ser explicado pelo esforço dos bancos em renegociar com os clientes, dando mais prazo ou mesmo carência para o pagamento de dívidas. Mas, na visão de diversos participantes do mercado, há sinais claros de uma piora da dinâmica de pagamento das linhas de crédito.

Se antes a expectativa era que a inadimplência terminasse este ano muito próxima do patamar pré-pandemia, agora já há temores de que ela suba além disso. Neste início de ciclo, a inadimplência afeta primeiro as classes de menor renda e as linhas mais arriscadas, como o rotativo do cartão de crédito.

O último dado disponível de inadimplência fornecido pelo BC mostra que os calotes nas linhas com recursos livres subiram para 4,6% em janeiro para as famílias e 1,6% para empresas. O dado é bastante defasado porque a greve dos servidores impediu que fosse divulgada a nota de crédito de fevereiro. De todo modo, mesmo com o crescimento, o número mostra que a inadimplência ainda está abaixo do nível pré-pandemia, que era de 5,0% para PF e 2,1% para PJ.

Especialistas reconhecem que o cenário macroeconômico atual é um grande desafio para os modelos que estão sendo traçados. Afinal, a taxa Selic está subindo mais do que se esperava — o mercado já fala em uma taxa entre 13% e 14% —, enquanto a inflação está ainda mais pressionada, com os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia pesando sobre as commodities. Esse contexto compromete o poder de renda da população e impacta a capacidade das empresas de gerar receita e, portanto, podem dificultar a capacidade de pagamento das dívidas.

Segundo Flávio Esteves Calife, economista-chefe da Boa Vista, foi a renegociação muito ativa dos bancos que impediu que as previsões mais pessimistas se concretizassem. Ele lembra que a expectativa, logo que as medidas de "lockdown" foram adotadas, em 2020, era que os números de crédito em atraso disparassem. "Mas isso não aconteceu. Houve um achatamento da curva: a inadimplência não disparou, mas ela se espalhou."

Os bancos continuam fazendo negociações com clientes assim que eles apresentem os primeiros sinais de exaustão no pagamento de seus empréstimos. Isso ajuda a limitar, sem evitar totalmente, o avanço da inadimplência. Os números da Boa Vista, que tratam a inclusão do nome de clientes que atrasaram o pagamento tanto de financiamentos bancários como de outros compromissos, como as contas de consumo, crediário ou fatura de cartão de crédito, apontam que o número de inadimplentes subiu 5,1% em março em comparação a fevereiro (dados dessazonalizados).

No primeiro trimestre, houve um aumento de 9,2% no número de registros em comparação ao mesmo período do ano passado e de 6,7% em comparação ao quarto trimestre de 2021. "Existem uma inadimplência repressa e por isso a gente acha que ela irá crescer gradualmente ao longo dos próximos meses e também em 2023", afirma Calife.

No rotativo do cartão de crédito, a inadimplência já está em 36,2%, maior nível desde outubro de 2020. "A inadimplência vai crescer, resta saber com qual velocidade. Os contratos que receberam pausas na pandemia começaram a entrar em inadimplência [acima de 90 dias de atraso] no primeiro trimestre", afirma Michael Burt, da LCA.

Em março, o Serasa fez o Feirão Limpa Nome Emergencial, evento que viabilizou mais de 3,32 milhões de acordos, ultrapassando dos R\$ 5,7 bilhões em descontos concedidos para os consumidores. Os dados da empresa mos-



Ferreira, da Jive: empresas não têm mesmo tempo que tinham com Selic a 2% e muitas terão dificuldade de saldar dívidas

Juros x calotes

Ciclos de elevação da Selic costumam levar a alta da inadimplência - em %



Fonte: Banco Central de Reservas; Valor Data. * Inadimplência da carteira de crédito com recursos livres BC.

tram alta de 0,54% no número de endivíduos na passagem de janeiro para fevereiro, chegando a 65,17 milhões de pessoas, o maior nível desde maio de 2020. As principais dívidas são: banco/cartão (28,6%), contas de consumo (23,2%) e varejo (12,5%).

"Com a inflação, as pessoas perderam o poder de compra, especialmente as de menor renda, e isso afeta diretamente a inadimplência. A primeira coisa que eles deixam de pagar é o cartão, porque precisam priorizar as contas básicas, comprar comida", diz Matheus Moura, gerente da Serasa.

Para Isabela Tavares, da Tendências Consultoria Integrada, as renegociações muito ativas dos bancos têm, de fato, amortecido o crescimento da inadimplência. Por isso, sua projeção é a de que a inadimplência dos financiamentos com recursos livres fique abaixo do observado antes da pandemia: 4,7% entre as pessoas físicas e 2,1% entre as jurídicas. Em fevereiro de 2020, esses índices eram de 5,1% e 2,3%, respectivamente. Uma recente pesquisa da Febraban com seus associados mostrou que a projeção para a inadimplência do crédito livre passou de 3,7% para 4,0% ao fim deste ano.

Entretanto, Tavares chama a atenção para o fato de que o dado tem um comportamento distinto entre as diferentes faixas de renda. Em dezembro de 2021, a inadimplência entre as famílias com renda de até dois salários mínimos estava em 4,87%, ante 4,03% em igual período de 2020. Já a inadimplência entre quem ganha mais de 20 salários mínimos caiu de 0,71% para 0,50%. "O cenário tem muito riscos, e o atraso na atualização dos dados do BC pode trazer alguma surpresa."

O sinal amarelo também está aceso quando se olha para a dinâmica do crédito destinado à pessoa jurídica. Para Felipe Salgueiro, sócio responsável pelas operações de créditos especiais e NPL da Multiplica Capital, está se desenhando um cenário de inadimplência em alta no segundo semestre deste ano e ao longo de 2023. "A gente ainda não percebeu a inadimplência da pandemia", diz o executivo.

Segundo Salgueiro, a disposição dos bancos em antecipar a possíveis atrasos dos clientes fez com que o efeito da paralisação da economia em função da pandemia fosse diluído no tempo. "Os bancos estão limpando o es-

toque de crédito com problemas para se preparar para o estoque de créditos estressados que está sendo criado", afirma. Esse ambiente mais complexo para o crédito deve ter como consequência uma maior seletividade dos bancos na concessão de novos empréstimos. E, por outro lado, aquecer ainda mais a atividade das gestoras de ativos estressados, que já vem ampliando suas carteiras nos últimos anos.

Segundo Guilherme Ferreira, sócio da Jive Investments, a estimativa é que, neste ano, o volume de venda de carteiras problemáticas — aquelas que reúnem tanto o crédito em inadimplência como também aquele que tem potencial de chegar a essa condição — fique entre R\$ 40 bilhões e R\$ 60 bilhões. Em 2021, esse montante variou entre R\$ 25 bilhões e R\$ 45 bilhões, incluindo bancos e financeiras.

Ferreira atribui a perspectiva de aumento de carteiras em atraso ao cenário econômico de crescimento baixo, desemprego alto e instabilidade política. Ao mesmo tempo, diz, a inflação elevada comprime a margem das empresas e a renda disponível das famílias. "O que as empresas agora não têm é o tempo que tinham quando a Selic estava a 2%", define Ferreira. "Muitas vão ter dificuldade de saldar seus compromissos", diz.

Essa maior oferta de carteiras de crédito em atraso foi percebida pela Strati Capital, gestora com foco em investimentos alternativos e ilíquidos. Segundo o fundador Cristian Lara, a casa não percebeu a inadimplência da pandemia", diz o executivo. Para João Guilherme Lustosa, diretor de crédito do Banco Fator, as instituições financeiras "tiveram sensibilidade" e fizeram o que deveria ser feito ao dar mais prazo para os clientes na pandemia. Mas agora, afirma, o desafio é que os clientes terão de pagar a dívida atual junto com o que foi renegociado em qualquer momento. E isso acontece enquanto a inflação de custos pesa sobre a receita dessas companhias. "A reapetuação foi feita em um cenário pandêmico, com as empresas sem função e o governo ajudando. Agora é diferente, será preciso fazer análise caso a caso", diz, (LPA/C)

Inadimplência será 'teste de fogo' para fintechs

De São Paulo

O ciclo de aumento da inadimplência que está em fase inicial neste momento pode ser o maior desde o início de 2016, transformando-se assim na primeira grande prova de fogo para fintechs e bancos digitais que oferecem crédito. São instituições que atuam de forma mais ágil na concessão de empréstimos e ganharam escala ao longo dos últimos anos e o choque das iniciativas adotadas pelo Banco Central (BC) para fomentar a concorrência nesse setor.

Segundo dados do Banco Central, entre as maiores fintechs de crédito e bancos digitais do Brasil hoje estão nomes como Nubank, com carteira de R\$ 28.006 bilhões, Inter (R\$ 14.789 bilhões), C6 (R\$ 11.782 bilhões), Original (R\$ 11.024 bilhões) e Agibank (R\$ 7.112 bilhões).

Um divulgar seu balanço do quarto trimestre, o primeiro após a abertura de capital, o Nubank foi muito questionado por analistas se continuaria acelerando no crédito mesmo diante de um cenário econômico difícil. Na ocasião, a resposta do CEO, David Vélez, foi que o banco está capitalizado e isso pode abrir oportu-

nidades para ganhar participação de mercado mais rapidamente. Ainda assim, o vice-presidente financeiro, Guilherme Lago, afirmou que a companhia não está cega em relação às expectativas de deterioração do cenário e que, se preciso, vai ajustar o ritmo de concessão. "Temos a carteira que curta duração, podemos agir facilmente, retrair se precisar, ou mesmo ajustar em termos de preços. Estamos preparados para agir se as condições se desviarem do cenário que temos", disse.

O Agibank, especializado em crédito para pessoas com mais de 50 anos e renda até R\$ 5 mil, fez dois movimentos visando ao menor risco de inadimplência. A instituição optou por não continuar no ritmo de crescimento da carteira — em 2021, o saldo de consignado aumentou 38%, para R\$ 4,5 bilhões — e também investiu em melhorias na modelagem de concessão de crédito. Ainda assim, não houve uma queda do índice de pagamentos em atraso, o que demonstra que "a pressão da inadimplência já está aí", diz Vinicius Aloes, sócio e diretor de produtos da fintech. "Temos a inadimplência controlada porque trabalhamos para conter as pressões inerentes, que já estão aparecendo."

Aloes diz que o banco também vem adotando medidas de renegociação e chegou a reduzir em 18% o juro médio da carteira, com o objetivo de limitar o comprometimento da renda dos clientes. "Fizemos porque temos um modelo de crédito assertivo, com clientes com quem temos relacionamento", diz. O Inter divulgou na semana passada sua prévia operacional do primeiro trimestre. A inadimplência da carteira era de 3,3% em março, ante 2,8% em dezembro. Para analistas do Citi, a desaceleração na origem, junto à piora na qualidade de ativos no negócio de cartão de crédito (a inadimplência da linha subiu 1,4 ponto percentual), pode demandar "cautela à frente". "Os benefícios positivos do 'corona voucher' ao longo de 2020 ainda podem estar beneficiando a inadimplência, e, com o fim dele, podemos ver o índice do sistema financeiro como um todo aumentando."

Segundo Genaro, diretor de crédito da Open Co (resultado da fusão entre as fintechs de crédito Geru e Rebel), ter oito anos de vivência e já ter enfrentado várias crises ajuda a companhia, mas ainda assim é impossível escapar de uma inadimplência "sistêmica", muito decorrente da inflação.

"Uma boa gestão de crédito não pode ser só baseada em modelos estatísticos, algoritmos. Ela precisa entender as necessidades do cliente, ter executivos experientes na equipe, até para saber a capacidade de pagamento dos tomadores. As fintechs que dependem somente de modelos podem ter problemas, porque esses modelos nunca convivem com uma situação como essa de deterioração tão rápida da renda."

No Open, Luis afirma que a crise pode ser uma oportunidade para conquistar mercados, já que a fintech sabe distinguir o bom pagador e pode se beneficiar de clientes que estão trocando de dívidas mais caras. Por isso, diz que a carteira pode dobrar novamente de tamanho neste ano. Segundo ele, a companhia já observa que alguns clientes estão com as contas mais apertadas e, assim, tem dado mais flexibilidade que o usual. "Houve uma redução significativa da capacidade de pagamento por conta da inflação, e existe um número de [trabalhadores] informais muito maior no pós-pandemia, então naturalmente a inadimplência vai ser mais alta do que no pré-covid."

O CEO de um banco de médio porte, que vem passando por um forte processo de digitalização, diz que o desempenho da inadimplência pode ser pior do que o discurso oficial das grandes instituições deixa transparecer. "Nós temos a guerra, depois a eleição começa a ganhar força, e passado o pleito os Estados Unidos já estão em um processo mais forte de alta de juros. Vai ser um ano mais difícil", afirma.

Nos ciclos de crédito, é esperado que a inadimplência cresça primeiro para pessoas físicas e, então, atinja as pessoas jurídicas. Mas já há sinais de alerta para as empresas, sobretudo para as de médio e pequeno porte. Para João Guilherme Lustosa, diretor de crédito do Banco Fator, as instituições financeiras "tiveram sensibilidade" e fizeram o que deveria ser feito ao dar mais prazo para os clientes na pandemia. Mas agora, afirma, o desafio é que os clientes terão de pagar a dívida atual junto com o que foi renegociado em qualquer momento. E isso acontece enquanto a inflação de custos pesa sobre a receita dessas companhias. "A reapetuação foi feita em um cenário pandêmico, com as empresas sem função e o governo ajudando. Agora é diferente, será preciso fazer análise caso a caso", diz, (LPA/C)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Finanças **Caderno:** C **Página:** 3